A ESCOLA UNITÁRIA DE GRAMSCI E O SEPE-RJ

Este trabalho analisa as disputas em torno da formulação marxista de *escola unitária* - conceito de lavra de Antonio Gramsci que é a referência do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do RJ (SEPE-RJ) em seus documentos, teses congressuais e discursos - a partir da análise de entrevistas com dirigentes sindicais.

0 SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RJ (SEPE-RJ)

O sindicato que foi o objeto desta análise foi fundado em 1970 na forma de uma associação docente: a Sociedade Estadual dos Professores (SEP). As inúmeras mudanças ocorridas na sigla significaram a tentativa de fusão a outras entidades de profissionais da educação. Dessa forma, a entidade foi unificando, ao longo de sua história, diversos trabalhadores da área educacional além dos professores. A ele podem filiar-se quaisquer profissionais das redes municipais de educação da capital e interior do estado, assim como servidores da rede estadual e da rede privada.

Informações do Centro de Processamentos de Dados do SEPE-RJ (2005), demonstram que sua base já ultrapassou 50.000 filiações, das quais 25.923 são da rede estadual, 16.623 da rede municipal do Rio de Janeiro e 11.100 de outras redes municipais do estado. A mesma fonte indica que 60% das filiações são constituídas de docentes. Esses números representam um crescimento de cerca de 30% no número de filiações em três anos se comparados aos dados (cerca de 40 mil) de SILVEIRA em 2002.

O SEPE realiza mobilizações de massa, muitos de seus quadros têm formação política partidária e sua direção é colegiada. O SEPE foi filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) até 2005, quando deliberou em Congresso um Plebiscito para avaliar a permanência na Central. O resultado deste plebiscito foi a desfiliação da CUT e posterior filiação à Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). Está organizado em uma direção estadual com sede no centro do Rio de Janeiro, nove núcleos regionais e 43 núcleos municipais.

A pesquisa teve como fontes primárias as resoluções do Congresso de Educação de 1992, revistas e as teses do último Congresso (2005). Com relação à escolha dos entrevistados, cabe

destacar que foi bastante complexa e fez parte do processo de análise da entidade, cuja justificativa apresentaremos a seguir.

A vitória do PT para o governo federal significou uma reorganização interna das forças que compõem a diretoria da entidade - montada a partir dos critérios de proporcionalidade - configurando três grandes blocos ou frentes dentro da diretoria. Na falta de caracterização[1] melhor, poderíamos afirmar que o marco da eleição de Lula revelou com maior nitidez, as forças políticas de "esquerda", de "centro" e de "direita" no interior desta direção.

Nas seis chapas da última eleição havia correntes políticas e subgrupos de núcleos ou regionais de filiação partidária ou independente de partidos. Grosso modo, poderíamos definir a composição do grupo de esquerda pelos militantes do P-SOL (algumas correntes), do PSTU, pelo grupo da OMP (Organização Marxista Proletária - sem Partido) e militantes independentes. O centro é composto pelos militantes do P-SOL (algumas correntes) e do PT (algumas correntes). E a direita da direção, formada pelo PT (majoritariamente a Articulação Sindical), PCB, PCdoB, PDT e PSB.

Com base neste material indicado, investigamos em que medida havia uma proposta orgânica de educação no interior da entidade, assim como, em que medida tal concepção educacional, representava os *interesses históricos da classe trabalhadora* expressos nas formulações socialistas de educação.

ANTINOMIAS EM TORNO DO CONCEITO DE ESCOLA UNITÁRIA NO SEPE

O sindicato em tela tem como documento síntese do seu debate educacional as "Resoluções do 1º Congresso de Educação e Unificação[2]/ 1992", documento este que todos os entrevistados fazem menção, particularmente nos pontos que referem-se à formulação de *escola unitária.*

---

[1] Esta nomenclatura é bastante superficial, uma vez que a complexidade destes grupos é, em certa medida, homogeneizada dentro destas três posições políticas. Ficaremos, no entanto, com esta definição que já se tornou clássica no meio sindical.

[2] Momento em que deu a unificação com a AOERJ e ASERJ. No congresso houve sistematizações sobre os seguintes temas: Condições de trabalho nas escolas públicas; Escola, mulher e etnia; Eles não querem a participação popular; Quem tem medo da discussão?; A escola e os funcionários; Gestão Democrática; Sobre projetos de educação; Nossa concepção de escola e as resoluções políticas.

A formulação de *escola unitária*[3] é de Gramsci que sistematizou e aprofundou a produção de Marx sobre educação *politécnica* ou *tecnológica*[4]. A escola unitária advém de uma concepção e prática educacional baseada na compreensão da realidade em sua totalidade, tais como seus aspectos científicos, políticos e de produção da existência.

A formação humana integral de cunho socialista, que Marx e Gramsci desenvolveram como contraproposta à elaborada pelo capital, deveria unificar três tipos de formação, *a educação intelectual, a educação corporal e a educação tecnológica* (MARX, ENGELS, 1992: 60), articulados para oferecer os fundamentos científicos gerais do trabalho, tornando-o princípio educativo.

O conteúdo pedagógico, cuja gênese é a tecnologia, possibilitaria a compreensão das bases do trabalho na sociedade moderna e o domínio do homem sobre um conhecimento até então estranho a ele e aos de sua classe. A proposta dessa educação é unificar a compreensão humana sobre a realidade comprometida pela divisão real do trabalho intelectual e manual.

No entanto, mesmo que a escola unitária possa realizar a práxis dentro de seu espaço formativo, a dicotomia na sociedade capitalista permanecerá, pois o padrão de produção não será modificado pela via educacional. Desta forma, essa escola unitária, pois sem distinção de classes, só se realizará plenamente fora da sociedade capitalista. Apesar dos limites impostos por essa realidade, o projeto socialista de educação deve ter sua construção iniciada nas atuais condições objetivas, colaborando dialeticamente para a construção do novo, na medida em que a escola unitária traz no seu interior os germes dessa novidade.

A propriedade privada e o trabalho alienado tornaram os homens unilaterais, portanto, a finalidade formativa desta educação é a onilateralidade, "um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação" (MANACORDA,1991: 78), e a sua finalidade política é "a luta pelas formas sociais novas do trabalho" (PISTRAK, 2000: 44). Se a existência humana está centrada no trabalho e também, nessa concepção, a formação deve estar centrada no trabalho não alienado, a educação deve estar a serviço da construção de uma nova sociedade, naquilo em que

---

[3] A esse respeito ver nos Cadernos do Cárcere "Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais" GRAMSCI (2000) e "A Escola de Gramsci", NOSELLA (1992).

[4] O contexto de utilização dessas expressões sinônimas é apresentado por SAVIANI (2003), e o histórico do conceito de educação politécnica no Brasil e as disputas nos seu entorno por RODRIGUES (1998).

efetivamente a educação pode colaborar: a instrumentalização para a compreensão da realidade sob bases científicas.

É neste marco teórico que se inserem as referidas resoluções congressuais do SEPE. Vejamos o ponto "Nossa concepção de escola" que tem como centralidade o conceito gramsciano de escola unitária, no qual o sindicato reivindica:

> um projeto que rompa com a lógica de educar para ser mão-de-obra, seja ela barata ou cara; que contribua para a construção de uma sociedade igualitária e democrática de fato, rompendo com a alienação imposta; que assegure a formação crítica do sujeito histórico, do homem e da mulher conscientes de seu papel na transformação do mundo, livres de preconceitos de raça, credo e de sexo.[...] Uma escola que forme cidadãos capazes de compreender as bases científicas que regem a natureza e a sociedade. [...] Essa escola deverá ser unitária (SEPE, 1992, 13. Grifos nossos).

E mais adiante, afirmam que para isso, essa escola deverá

> adotar o trabalho como princípio educativo, livre da exploração e da alienação impostas pela sociedade de classes, buscando romper com a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, teoria e prática, formação geral e formação profissional (idem, ibidem).

Contudo, podemos observar que, embora os três coordenadores do SEPE façam referência às resoluções de 1992[5] que apontam para a formulação de escola unitária, o conteúdo de duas de suas interpretações acerca do seu significado é bastante diversificado do exposto acima, chegando até mesmo a negá-la em alguns momentos do discurso.

Consideramos plenamente coadunado à discussão de escola unitária o desenvolvimento apresentado pela diretora 1 do SEPE sobre o teor da resolução de 1992:

> Não acreditamos numa educação formadora de apertadores de parafusos, pessoas só providas de ferramentas superficiais para estarem atuando no mercado de trabalho, isso não dá as pessoas o essencial para se colocarem na vida de forma autônoma. Infelizmente, as políticas públicas não estão voltadas para esse tipo de concepção de escola.[...] O papel da escola básica deve ser bem centrado na formação de sujeitos críticos, que tenham capacidade e instrumentos intelectuais e de sociabilidade para estarem intervindo na sociedade, para modificá-la, isso é muito maior. Garantindo o direito de todos ao conhecimento sistematizado e acumulado pela humanidade, sem

[5] Em 2004, o documento foi redistribuído na íntegra na conferência, afirmando que, embora o documento datasse de 1992, "suas deliberações mostram-se bastante atuais. O diagnóstico de nossas condições de trabalho, passando a nossa concepção de escola e as bandeiras de luta apontadas, ainda contém bastante vigor, podendo constituir-se instrumento importante na luta contra o projeto neoliberal de educação e na construção de um projeto alternativo de sociedade" (SEPE: 2004:1)

> parcelamento do saber. (Coordenadora 1 SEPE, 2005)

Contudo os outros dois entrevistados, no desdobramento da análise, utilizam a expressão da resolução - escola unitária - para tratar de propostas um tanto quanto diferenciadas. Vejamos o coordenador 2:

> Deve existir uma relação com o mercado de trabalho, preparar o aluno para se inserir no mercado de trabalho como trabalhador, desenvolver as aptidões. [...] mas a escola não pode ficar restrita ao mercado de trabalho, ou seja, preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho. Tem que ter a preocupação de criar condições para que o aluno se aproprie dos mecanismos necessários para que ele possa decidir em que esfera do mundo do trabalho ele quer se inserir. (Coordenador 2 SEPE, 2005)

Nesse ponto há uma negação da concepção de escola unitária, visto que, na essência da concepção educacional socialista, há um projeto coletivo de formação e de superação da sociedade de classes e não um projeto que busca soluções individualizadas ou pontuais. A formação que propicia os domínios da base científica do trabalho é diferente de uma formação que apresenta várias informações sobre as esferas do trabalho para melhorar a escolha profissional de uma parcela dos filhos da classe trabalhadora. Assim como, a proposta de uma educação unitária, parte do pressuposto que, só com o fim da sociedade de classes, um sujeito antes pertencente a classe trabalhadora poderá efetivamente decidir *em que esfera do trabalho ele quer se inserir*. Hoje, esta decisão não passa apenas pela escola, mas pelas condições de sobrevivência e reprodução da classe trabalhadora.

Com relação à intervenção da diretora 3 do SEPE, o fim político que apresentamos acima de superação da sociedade de classes abraçado pela escola unitária também não aparece em sua avaliação sobre o mundo do trabalho. Mesmo um processo de formação mais ampla deveria colaborar para a integração objetiva e subjetiva do trabalhador no mundo do trabalho capitalista, ou seja, ajudar na capacitação deste trabalhador apresentando diversas possibilidades:

> O cidadão vai sair da escola e vai se inserir no mercado... que ele possa fazer isso tendo a consciência de que é um cidadão trabalhador. E ao se inserir nesse mercado ele vai estar o tempo todo interagindo com direitos e deveres advindos do mundo do trabalho. [...] Acho que hoje a gente só tem que ter um aprofundamento dessa discussão na relação de que a escola não tem que formar trabalhador. (Coordenadora 3 SEPE, 2005)

Mais que formar o trabalhador, a educação deve ter um caráter *de valor de troca*, pois para a coordenadora "A formação é um capital simbólico" (Coordenadora 3 SEPE, 2005). A coordenadora acha ainda que é possível fazer a seguinte relação,

> Essa discussão de escola única... transferindo para essa questão de Gaia, de um planeta que é único, que não tem meio, não tem homem, não tem bicho, transferindo para a questão da educação de que você tem que ter uma visão holística de todas as situações, de todas as abordagens, é esse desafio que a gente tem. (Coordenadora 3 SEPE, 2005)

A concepção de escola unitária está amparada na interpretação da realidade a partir do conceito de totalidade concreta e não de uma visão "holística" de forte apelo místico e metafísico que busca a unicidade através da conjugação entre a realidade e a transcendentalidade.

Diante do exposto concluímos que, embora o SEPE possua resoluções sobre sua concepção de educação e que venha tentando construir até mesmo um projeto político pedagógico em suas conferências[6] e congressos, a apropriação dessas discussões não possui a convergência que os entrevistados afirmam existir. Consideramos um equívoco analítico atribuir essas divergências em torno da concepção de escola unitária a uma incapacidade da direção de aprofundar esse debate, mas a algo que uma das coordenadoras já percebera na entrevista, quando perguntada sobre a atualidade destas resoluções:

> não voltamos a discutir especificamente as teses de 92 [1º Congresso de educação], mas creio que se voltarmos a discutir, não vai ter mais acordo, isso tem a ver com nossas atuais discordâncias políticas (Coordenadora 1 SEPE, 2005).

A coordenadora 1 aponta para a relação entre concepção de educação e projeto societário, enquanto que, para o Coordenador 2, as resoluções carecem apenas de atualizações, pois:

> algumas resoluções com certeza se mantém, resoluções gerais [...] porém de 92 pra cá nos tivemos a efetivação da nova LDB. Tivemos uma série de projetos na rede municipal, no caso rede da rede estadual, o Nova Escola, [...] que não atenderam a essas reivindicações históricas do sindicato e que acabaram colocando novos desafios de elaboração de resposta a esses projetos na área educacional, alguns congressos foram atualizando a posição do sindicato frente a esses temas. (Coordenador 2 SEPE, 2005)

Diante de mais uma discordância da atualidade e capacidade de aglutinação da concepção de escola unitária das forças políticas atuantes hoje no SEPE, é importante elucidar ainda a

---

[6] Em 1999, a Conferência de Educação do SEPE discutiu o tema: "Construindo o nosso projeto pedagógico", embora não tenha tido um documento final sobre a proposta.

avaliação que aponta para a questão da qualificação profissional, por ser um aspecto importante na relação entre educação e mercado de trabalho:

> A visão da CUT é diferente da nossa, por exemplo. Eles [A CUT] aderiram ao projeto do FAT, de gastar dinheiro do FAT para fazer qualificação profissional com cursos rápidos, como se isso fosse qualificar profissionalmente [...] Então tem que ter um pouquinho mais de conhecimento, mas não é o conhecimento da base técnica do trabalho. Não concordo com o que a CUT vem fazendo e chamando de educação. Atualmente, a CUT tem uma concepção pode concordar ou não, fechada de mundo, e a concepção de educação está dentro dela, a agenda está de acordo como os pontos do Banco Mundial de formação dos trabalhadores, de reconversão do parque tecnológico etc. (Coordenadora 1 SEPE, 2005)

No VIII Congresso do SEPE em 1998 o sindicato recusou a utilização das verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) retiradas do seguro-desemprego e disponibilizadas para o Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), tal discussão foi marcada por grande polêmica. Os defensores da utilização da verba recorriam aos argumentos que, se o movimento combativo se negasse a fazê-lo, outros atores sociais o fariam como os sindicatos pelegos, os governos municipais e estaduais etc. Os militantes contrários atentavam para o processo de cooptação em curso do governo federal aos movimentos sindicais.

A resolução de não utilização da verba do FAT foi de encontro à prática da CUT que mudou sua postura ao participar das câmaras setoriais, dos fundos tripartites e criar um alto grau de dependência da verba do FAT. Ações que consideramos típicas do oportunismo -no sentido marxista- de flexibilização dos princípios para o aproveitamento de situações que conduzam mais facilmente a um resultado, sem a ruptura com a situação estabelecida (BOBBIO, MATTEUCI, PASQUINO, 2004: 846).

A CUT não realizou somente cursos para “apertar botões” e é verdade que as contradições são inerentes a qualquer fenômeno social, entretanto tais exceções de cursos de qualificação que fugiam a esta tônica não eram sustentáveis, o que acabou ocasionando sua interrupção. Da mesma forma que cumpriam o papel de se mostrarem como experiências generalizáveis, enquanto os programas mais utilitários seguiam se expandindo.

Para a coordenadora 1 do SEPE,

> depois desse andar da CUT de convênios com o governo federal, de utilização da verba do FAT, de adesão a uma agenda neoliberal de formação dos trabalhadores, aqui no SEPE, não tem mesmo... mais acordo. Por que não dá para separar o acordo sobre educação da visão geral, do que está acontecendo na sociedade, no rumo que a CUT tomou... (Coordenadora 1 SEPE, 2005).

RUMMERT demonstra que p discurso predominante no interior da CUT na década de 1990 sofreu uma guinada nos últimos anos refletindo a própria postura (macro) política da Central. A ação da CUT no âmbito da educação,

> não significou, assim, a expressão de uma plena valorização da temática educacional , mas decorreu, sobretudo, de uma ênfase conferida por, pelo menos, duas vertentes externas: a exigência explicitada pelo Capital de que a classe trabalhadora apresentasse maior grau de escolaridade e qualificação e a política pública de formação profissional implementada pelo governo federal, que possibilitou o acesso, por diferentes agências da sociedade civil, entre elas as sindicais, a significativos recursos oriundos do FAT. (RUMMERT, 2005: 7)

Dessa forma, os projetos de qualificação dos trabalhadores da CUT vêm corroborando a lógica adequada ao padrão de acumulação flexível. Para tal, os dirigentes da central se utilizam de um papel que outras entidades da sociedade civil não possuem, o de representante dos trabalhadores, e assim "concorrem, de forma expressiva, para a construção do fértil terreno em que se consolida e se amplia a hegemonia do capital"(RUMMERT, 2005: 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos de forma compacta análises que fizeram parte de um longo percurso de pesquisa, por isso sabemos das limitações e lacunas oriundas desta comunicação. No entanto, arriscaremos a construção de algumas sínteses.

A pesquisa buscou compreender como a disputa teórica no campo educacional ganha corpo dentro de uma forma específica de organização da classe trabalhadora, que é o sindicato. Para tanto, interfaces da concepção educacional com a concepção societária ficaram evidentes.

Com relação a concepção societária, não nos parece possível afirmar que o conjunto da diretoria atual tenha como bandeira o socialismo, embora o reivindique no seu discurso. No entanto, o SEPE ainda é um sindicato que mobiliza a categoria e não aderiu à ala majoritária do sindicalismo brasileiro de proposições.

Já no que tange a concepção educacional, dos discursos analisados dos três sindicalistas, dois deles mais se aproximou de um modelo de educação polivalente, que parcela o conhecimento, atribui responsabilidades individuais e é funcional ao mercado de trabalho, do que de uma proposta de educação voltada aos interesses históricos da classe trabalhadora, construída

em torno das formulações socialistas de educação, como a de *Escola Unitária*, concebida por Antônio Gramsci e defendida pelo SEPE no Congresso de Educação e Unificação de 1992 .

Foi possível também encontrar falas que foram de encontro à concepção de educação polivalente.

Em síntese, quando os coordenadores explicitaram suas interpretações sobre a resolução de um projeto de Escola Unitária, em alguns casos, negaram sua essência teórica e política, demonstrando que o SEPE corre o risco de vir a ter uma formulação de educação à direita de sua prática política ainda combativa. Não há a unidade em torno da concepção educacional que esperávamos encontrar por ser um sindicato que possui um grande debate e alguma sistematização sobre a temática, o que não é comum em outros sindicatos docentes. Da mesma forma, não há muitas convergências, na direção do SEPE, em torno dos rumos do sindicato, expressando as suas intensas disputas políticas internas e externas.

A *Escola Unitária* ainda é o horizonte do SEPE-RJ, mesmo com o amálgama, as contradições e as antinomias presentes nos discursos analisados, no entanto muito há para avançar e combater a subsunção da lógica educativa à lógica do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). Dicionário de política. (5ª ed.). Brasília: EdUnB, 2004. 2v.

BOTTOMORE, Tom (org.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: Vol II: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos sobre Educação e Ensino (2ª ed.) São Paulo: Moraes, 1992

NOSELLA, Paolo. A Escola de Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

PISTRAK, M. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. (15ª ed.). São Paulo: Cortez, 1996.

RODRIGUES, José. A educação politécnica no Brasil. Niterói: EdUFF, 1998

RUMMERT, Sonia Maria. Entidades representativas dos interesses do trabalho: expressão da

hegemonia do capital?. TrabalhoNecessário. Revista Eletrônica do NEDDATE. Niterói: UFF, n° 3, 2005. Disponível em: <www.uff.br/trabalhonecessario/SoniaTN3.htm>, acesso em: 2/07/2005.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, vol. 1, nº 1, mar., 2003.

SEPE-RJ – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro. I Congresso de Educação e Unificação – Resoluções. Rio de Janeiro: SEPE-RJ, 1992.

SILVEIRA, Marta Lima Moraes. Entre Gregos e Troianos. As relações entre o SEPE/RJ e a categoria de profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de mestrado em educação)

FONTES PRIMÁRIAS ORAIS: (Entrevistas concedidas à autora):

COORDENADORA 1, abril / 2005.

COORDENADOR 2, junho / 2005.

COORDENADORA 3, junho/ 2005